

Propostas populares no Sul

por Liliam Bem David
de Porto Alegre

A Comissão de Finanças e Planejamento da Assembléia Legislativa gaúcha recebeu ontem 25 emendas populares alterando a destinação de verbas previstas para diversos setores no orçamento do estado. Elas propõem o remanejamento de NCz\$ 2,4 bilhões dos NCz\$ 46 bilhões do orçamento total do Rio Grande do Sul para o próximo ano e beneficiam principalmente os setores de saúde, pesquisa científica e habitação popular.

As emendas populares, propostas por duas entidades ou subscritas por quinhentas pessoas, foram estabelecidas pelo artigo 152 da nova Constituição gaúcha com trinta dias de prazo para serem apresentadas. "Tivemos somente dez dias para a discussão e apresentação de emendas porque o orçamento proposto pelo estado chegou ao domicílio dos deputados com muitos

atrasos. Mesmo assim, doze entidades conseguiram propor alterações, indicando que nos próximos anos este será um elemento importante na fixação do orçamento estadual", disse o deputado Raul Pont (PT), integrante da comissão e coordenador do trabalho de análise da proposta orçamentária do governo.

Entre as emendas, que a Comissão de Finanças e Planejamento deverá analisar até o dia 30 de novembro, a que remaneja isoladamente o maior volume de verbas foi proposta pela Federação Rio-grandense das Associações Comunitárias e de Moradores de Bairros (Fracab). "Queremos que NCz\$ 667 milhões propostos pelo governo como contribuição ao DAER para a construção de estradas sejam destinados à construção de 20 mil casas populares, para uma faixa que ganha menos de cinco salários mínimos", disse o tesoureiro-geral da Fracab, Thomas Acosta.